

Contribuição para a Gestão Integrada de uma

Unidade de Conservação em Ambiente Urbano: a Floresta do Gericinó-Mendanha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Sônia Vidal Gomes da Gama*

RESUMO

Este artigo dá continuidade aos estudos desenvolvidos no GEOESTE/UFRJ,¹ desde o ano de 1996, sobre o uso e ocupação dos solos, a modificação de ambientes e a importância da manutenção de unidades de conservação em áreas urbanas, abordando o Maciço Gericinó-Mendanha, a Floresta e as áreas adjacentes dos bairros de Bangu e Campo Grande, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Com o propósito de subsidiar ações voltadas ao planejamento e gestão, partiu-se do estudo e da análise do meio físico, buscando

integrar os dados que caracterizam a área ao uso atual da mesma, identificando, assim, incongruências e potencialidades do solo, para as quais pudessem ser propostas ações e medidas visando ao desenvolvimento local e respeitando a condição de Unidade de Conservação Natural (UCN) segundo o SNUC (Lei nº 9.985/2000) e o processo participativo da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE

Unidade de conservação natural; planejamento e gestão integrada; perspectiva ambiental do ecoturismo.

INTRODUÇÃO

O Maciço Gericinó-Mendanha, localizado na periferia urbana da cidade do Rio de Janeiro, é um dos últimos remanescentes dos ecossistemas de Mata Atlântica do município e, embora declarado como área de preservação, vem sofrendo as pressões advindas do crescimento da malha urbana, o que paulatinamente ameaça a sua manutenção. Neste artigo, são apresentados alguns resultados que permitem subsidiar ações voltadas ao planejamento e gestão integrada de uma Unidade de Conservação, cujo desafio é compatibilizar o desenvolvimento econômico e social dessa porção da Zona Oeste com a proteção ao meio ambiente. Foram avaliadas as condições físicas do maciço nos limites do

município do Rio de Janeiro (vertente sul), tais como vegetação, geomorfologia, geologia, pedologia, clima e erosão dos solos. Esses aspectos foram associados ao contexto histórico e socioeconômico, fundamental tanto para a compreensão do processo de ocupação, como para os trabalhos junto às comunidades ali instaladas, vislumbrando, em um futuro próximo, o processo de gestão participativa e integrada, segundo os princípios da Agenda 21. Como metodologia, buscou-se integrar os dados que caracterizam a área em estudo ao seu atual uso, identificando incongruências e potencialidades do solo, resultando em propostas de ações e medidas que visam ao desenvolvimento local. Para tal, procurou-se respeitar a condição de Unidade de Conservação Natural (UCN), baseado no Sistema

Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000, *in* IBAMA, 2001) –, que estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação nas mais diversas formas ou categorias.

O Rio de Janeiro é considerado o estado mais afetado pela destruição de florestas tropicais, daí a importância em se preservar os atuais fragmentos remanescentes de mata e, portanto, a que resiste no Maciço Gericinó-Mendanha. No contexto do município do Rio de Janeiro e, principalmente, da Zona Oeste, a crescente ocupação dos espaços florestais e agrícolas nem sempre ocorreu de forma ordenada. Esse fato tem desencadeado inúmeros processos de impactos sobre o meio ambiente, tema abordado neste artigo em associação às medidas legais protecionistas e à gestão sustentável.

A UC Gericinó-Mendanha foi eleita como área de estudo por ser um dos maciços costeiros que testemunharam a evolução urbana do município do Rio de Janeiro e principalmente da Zona Oeste, imprimindo na paisagem os processos de transformação e as modificações de uso dos últimos séculos. Desde o período colonial essas terras vêm sendo desbravadas, num processo iniciado pelos Jesuítas e senhores de engenho, servindo às atividades agrícolas, como o plantio da cana-de-açúcar nas baixadas, seguindo-se os cafezais nas encostas e, mais tarde, os cítricos e outras culturas que diversificaram a produção. Atualmente, o maciço encontra-se circundado por áreas povoadas, mal servidas de infra-estrutura sanitária e em franco processo de decadência das atividades agrícolas. Empreendimentos como o complexo do presídio, o aterro de lixo e as atividades industriais estão instalados nas porções baixas, e, nas encostas, a bananeira concorre com a vegetação em uma pressão contínua, denominada por Moura (1999) de “desmatamento verde”.

O MACIÇO E A FLORESTA: PATRIMÔNIO NATURAL _____

Monumento ecológico, o Gericinó-Mendanha é um maciço de origem alcalina, recoberto por floresta tipo Mata Atlântica. Tem a sua importância ligada à origem geológica e aos eventos magmáticos que remontam no tempo, sendo as rochas mais antigas aquelas do embasamento Pré-Cambriano, datado de 1,8 bilhão de anos, geralmente composto por gnaisses e granitos (Costa, 1986). O relevo está provavelmente condicionado a esses tipos de rochas, e as alcalinas são geralmente as intrusivas. No Morro do Marapicu e na Serra do Mendanha, as alcalinas afloram, e, ao sul da Serra de Madureira e no Morro do Marapicu, foi registrado um enxame de diques. Em suma, essas rochas fazem parte do importante evento ígneo alcalino que ocorreu no estado do Rio de Janeiro entre aproximadamente 42 e 72 milhões de anos, cujo aparecimento só foi possível devido a sucessivos e complexos movimentos de falhamentos (Klein, 1993). É, assim, uma importante unidade geoambiental de topografia acidentada, com linhas de relevo orientadas no sentido WSW-ENE e blocos falhados deslocados, realçando um nítido controle estrutural sobre a morfologia. Ocupa uma área de cerca de 105 km² (Costa, 1986) e é recoberto em grande parte por floresta tropical, que protege nascentes e contribuintes dos principais rios das baías de Sepetiba e Guanabara. A paisagem de baixadas é cortada pelo maciço, na divisa dos municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Nilópolis e Mesquita, na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, situando-se também entre dois eixos viários (Avenida Brasil e a Rodovia Presidente Dutra) que ligam o Rio de Janeiro a São Paulo.

AS ATIVIDADES DE SUPERFÍCIE, A BIODIVERSIDADE E OS LIMITES DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO GERICINÓ-MENDANHA _____

As políticas públicas das últimas décadas do século XX levaram para essa região uma ocupação destinada à população de baixa renda, e mais, ao lado de áreas tradicionalmente agrícolas, ocorre a implementação de edificações de grande porte como o complexo do Presídio de Bangu e mesmo o Lixão de Bangu, ambos instalados no sopé do maciço, nas proximidades da área de atividades do Exército (Campo do Gericinó). Essas intervenções podem ser consideradas muito impactantes, já que não obedecem à vocação da região e contribuem para deflagrar um processo de degradação sócio-ambiental que atinge não somente o entorno como também o próprio Maciço e vem induzindo a apropriação ilegal de terrenos e a atividade oportunista do comércio imobiliário, sendo comum habitações de baixa renda sem condições mínimas de infra-estrutura sanitária, de serviços ou equipamentos urbanos (Costa, 1998). As atividades agrícolas estão sendo levadas aos limites críticos. Na baixada, ao longo do eixo da Avenida Brasil, percebe-se o confinamento dessas áreas, que, apesar de protegidas por lei, estão entrecortadas pelo eixo secundário da Estrada Guandu do Sena. Nas proximidades do sopé do Maciço, coexistem com o lixão (administrado pela Comlurb e que atualmente está sendo transformado em aterro sanitário), o complexo dos presídios (que está em franca expansão), loteamentos e novos conjuntos habitacionais. Nas encostas, o limite da cota 100 m de proteção às florestas não mais é respeitado. As bananeiras ocupam preferencialmente as encostas mais úmidas e já ultrapassaram a cota 700 m; nas encostas mais secas, ocorre a disseminação do capim colônião. Algumas ocupações do tipo invasão já despontam em altitudes mais elevadas (ao longo de estradas secundárias e

de terra) e a incidência de focos de incêndio está aumentando, como também as feições erosivas no interior da floresta e nas encostas desmatadas. As atividades mineradoras, principalmente a exploração de pedreiras, surgem como outro ciclo econômico. Em várias áreas do Maciço ocorre a lavra de materiais rochosos que são utilizados na construção civil, principalmente no Morro do Marapicu e na Estrada do Pedregoso. Ocorre a destruição de florestas e do solo, com poluição e desestabilização de taludes naturais, com o conseqüente surgimento de movimentos de massa. Além disso, depósitos de rejeitos e materiais provenientes das escavações ficam disponíveis e sujeitos à remoção pelas chuvas, provocando a erosão e o inevitável assoreamento de canais, córregos, rios e vales. Essas atividades, aliadas ao processo de expansão urbana, são incongruentes em relação à vocação dos solos para as atividades agrícolas e de preservação (reforçadas pelos Decretos de instituição da “Área de Interesse Agrícola” e da “Área de Preservação Ambiental”), manifestando-se, então, como conflitos na área em estudo. A proposta para planejamento urbano em concordância com os usos agrícolas e de proteção da floresta é premente, e o mapeamento da pressão antrópica e da vulnerabilidade do Maciço pode contribuir para a gestão compartilhada dessa “Reserva da Biosfera”, conforme declarada pela Unesco em 1992. Já a floresta que recobre o Maciço é um importante fragmento da Mata Tropical Atlântica, ecossistema de floresta da encosta da Serra do Mar brasileira considerado o mais rico do mundo em biodiversidade e “patrimônio nacional” junto com o Pantanal e a Floresta Amazônica segundo a Constituição de 1988. No país, as coberturas remanescentes estão situadas nas encostas mais íngremes da Serra do Mar e de maciços costeiros, mas sofrem impactos dos processos produtivos das áreas no entorno e estão confinadas e vulneráveis à degradação.

As investigações de campo indicam que nas bordas do Maciço a cobertura está mais aberta e, conseqüentemente, mais vulnerável, apesar do

62

porte elevado da maioria dos indivíduos. Em processo de regeneração, apresenta em algumas partes um entrelaçamento de epífitas, cipós e lianas, algumas palmáceas e bambus. Os escorregamentos e feições erosivas mais notados coincidem com a situação das trilhas na encosta, principalmente com aquelas mais freqüentadas ou pisoteadas. Foram encontradas espécies raras de madeira de lei como o pau-brasil, o jacarandá e o jequitibá (branco e rosa). São comuns ipês (amarelos), quaresmeiras (roxas), cássias (amarelas) e imbaúbas (prateadas). Crescem, no interior da floresta, espécies de samambaias, fetos arborescentes e avencas, além de gravatás, imbés, bromélias e orquídeas. Palmáceas como a palmeira juçara, a baba-de-boi e a indaiá também estão presentes. A procura por espécies de valor ornamental é grande, o que concorre para a redução do número dessas espécies. O mesmo ocorre com a fauna: macacos, gatos-do-mato, preguiça, veados-mateiros, porcos-do-mato e espécies raras de aves, entre outros animais, ainda resistem, apesar de serem alvos de caçadores diários e de fins de semana. Há de se ressaltar, ainda, a cratera do vulcão de Nova Iguaçu (Serra de Madureira - Parque Municipal de Nova Iguaçu), a Chaminé do Lamego (Serra do Mendanha - município do Rio de Janeiro), os inúmeros blocos lançados e a formação de minerais como o *Mendanhito* (Klein, 1993), além de belas formações nos rios, como cachoeiras, piscinas naturais e poços em vales encaixados e florestados.

Considerando o acervo natural que ainda se encontra na UCN do Mendanha, tanto o incentivo e a facilitação de pesquisas científicas nessa unidade, como o desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer, à recreação e ao turismo, poderão contribuir não somente para a preservação da unidade, mas também para a implementação de um sistema de manejo adequado.

Um dos locais de onde saíram as mudas para reconstituição da Floresta da Tijuca, o Maciço Gericinó-Mendanha foi contemplado com medidas protecionistas ainda no início da década de 30, o que, contudo, não garantiu a sua integridade.

São 70 anos de degradação com alguns decretos publicados nas instâncias municipais e estaduais, além de limites propostos por lei. O processo de licitação para a elaboração do Plano Diretor da APA está em andamento desde o início de 2003. A expectativa é de criação e implantação das categorias "Parques" e "Área de Preservação Ambiental", segundo a Lei 9.985 (18/07/2000) que cria o SNUC. Esta esclarece que a categoria "Parques" é uma "Unidade de Proteção Integral" e tem por finalidade preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, permitindo a realização de pesquisa científica e atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico. A categoria "Área de Preservação Ambiental", enquadrada nas "Unidades de Uso Sustentável", tem por finalidade proteger a diversidade biológica, disciplinar a ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Para tal, a pesquisa feita espera obter resultados que venham colaborar tanto para a delimitação quanto para a gestão, lembrando da necessidade de integração das políticas públicas na preservação de um bem e patrimônio público.

A NECESSIDADE DE PROPOSTA PARA A GESTÃO INTEGRADA

A realidade da UCN Maciço Gericinó-Mendanha e áreas do entorno envolve não somente a beleza e a riqueza natural desse complexo que resiste aos dias atuais, mas conflitos no âmbito das políticas públicas e nos usos humanos que retratam uma ocupação histórica e denotam incongruências comprometendo a integridade do sistema, daí a urgência em medidas de proteção. A pressão antrópica de que são alvos, tanto o Maciço quanto a Floresta, tem representatividade nos usos levantados, sendo que cada um deles corresponde a um ou mais atores, tais como os moradores do sopé do Maciço e os de seu interior, os que prestam serviços às mineradoras, os trabalhadores das indústrias,

os agricultores, os prestadores de serviços, os caçadores e os usuários (incluindo os visitantes de fins de semana, cientistas e acadêmicos, ambientalistas e o próprio Exército). O significado do Maciço, da área de entorno e da floresta varia para cada um dos atores, que expressam interesses diversos, mantêm ou não identidade ou vínculo afetivo com a área, demonstram visões conflitantes sobre a integridade da UCN e sobre procedimentos a serem adotados para a sua proteção ou sua exploração.

O eixo condutor desse trabalho passa primeiramente por sistematizar o conhecimento existente, identificando suas lacunas, desenhando um diagnóstico sobre a área e levantando os dados primários necessários ao estudo e mapeamento para subsidiar o planejamento e a gestão, ponto de partida para a administração pública iniciar diálogos sustentados com as comunidades e sociedade civil como um todo. Vale lembrar que o contexto legal-institucional da UC é confuso e que, na prática, ainda está por ser adotado, aguardando a implementação da Unidade de Conservação para dar início ao processo de administração. Nas premissas e estratégias para a Agenda 21 brasileira, a noção de gestão integrada, compartilhada ou participativa aplicada às Unidades de Conservação tem sido discutida principalmente nos últimos anos, e o ISER (2000) prevê as seguintes situações: o envolvimento das comunidades do entorno da UCN em relação à sua proteção; o envolvimento dos atores interessados na unidade (e daqueles agentes econômicos em potencial); o fortalecimento do sistema público responsável pela regulamentação e gerenciamento da UCN; a criação de mecanismos institucionais que garantam a transparência dos procedimentos adotados; e o comprometimento dos atores envolvidos com as filosofias e políticas básicas estabelecidas em conjunto. Pode-se mencionar o modelo de "Organizações Sociais" (Lei nº 9.637/98), entidades expressamente qualificadas pelo poder executivo como "pessoas jurídicas de direito priva-

do, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde..." (ISER, 2000, s/p.). No caso em questão, recomenda-se a possibilidade deste modelo ser aplicado, visando a parceria entre as partes (poder público e entidade qualificada como organização social), para fomento e execução de atividades, caracterizando um verdadeiro contrato de gestão. O IBAMA (2001) trabalha com a utilização de técnicas e metodologias de planejamento a fim de obter um instrumento adequado à peculiar realidade das Áreas de Proteção Ambiental, com enfoques no planejamento estratégico, participativo e no sistema de gestão da qualidade ambiental. No caso específico da UCN Gericinó-Mendanha, esta pesquisa contemplou, na primeira fase, um diagnóstico ambiental na escala de 1:50.000 e propostas de uso, no qual vale destacar os trabalhos de Costa (1998), Ramalho (2000) e Gama et al.(2001). Na segunda fase, os estudos foram realizados na escala de 1:10.000, e, após cruzamentos, análises e considerações finais, foram identificadas as propostas para zoneamento da Unidade, seja na categoria "Parque" (municipal) ou "APA" (estadual), a partir da potencialidade e das limitações das variáveis ambientais, sempre considerando a vertente voltada para sul (município do Rio de Janeiro) como área piloto (Gama, 2002; Costa, 2002). Em síntese, foram adotados os seguintes critérios: fixar a meta de trabalho, identificar parceiros interessados na preservação e elaborar plano de trabalho com cronograma ajustado; sistematizar as informações existentes, identificar as lacunas e obter dados primários necessários à pesquisa; fazer reconhecimento de campo (confirmação e levantamento de dados; coleta de solos e análises; identificação dos principais problemas ambientais e atualização dos dados); elaborar mapas temáticos e cruzar com as informações obtidas (por meio de técnicas de geoprocessamento) e analisar os dados; elaborar

proposta de zoneamento para o Maciço, destacando as áreas potenciais para preservação e as áreas para recreação (ecoturismo e lazer).

OS USUÁRIOS DO MENDANHA: ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS

A análise dos grupos sociais que podem influenciar na implementação e na gestão do futuro Parque do Mendanha (municipal) e da APA (estadual) é fundamental nesses processos. A exemplo do Parque Nacional da Tijuca (ISER, 2000) e do Parque Estadual da Pedra Branca (Costa; Costa, 2000; Costa; Costa 2001), foram identificadas no Maciço duas dinâmicas importantes para compreensão e propostas alternativas de gestão desta UC. Além dos visitantes, os moradores e os vizinhos de áreas adjacentes exercem um tipo de interação e ao mesmo tempo de pressão no sistema geoambiental, o que ocasiona ou intensifica os problemas ambientais já mencionados. Essas dinâmicas devem ser reconhecidas e controladas para melhor gestão da unidade. A ocupação humana nas áreas de baixada e de encosta do Maciço atinge áreas consideradas de preservação e vem afetando a UC e a própria Reserva da Biosfera. Os solos de vocação e de uso agrícola no sopé do Maciço estão cedendo à pressão urbana, as manchas de cultivos estão bastante reduzidas, fazendo surgir loteamentos (conjuntos habitacionais para população de baixa renda e condomínios de recreação e lazer), indústrias ou instalações de grande porte. As atividades agrícolas encontram-se, portanto, pressionadas, e a tendência, se não tomadas medidas emergenciais, é de cultivos como o da banana e o do capim colômbio prevalecerem sobre a vegetação de floresta. Não há perspectiva de reversão dessa realidade, o que tudo indica é uma mudança de uso, com a formação de novos bairros cujos impactos devem ser considerados no processo de gestão da UC. Mais recentemente, tem-se registrado o aumento da visitação no

Maciço e, conseqüentemente, da demanda por serviços e dos danos ao ambiente. Estes são causados pelo lixo deixado no local, pela retirada da flora e da fauna e pela “pichação” ou “grafiteagem” nas porções expostas de rochas nas cachoeiras e pelos danos às trilhas, sendo necessário investigar a capacidade de suporte da área sem comprometimento ambiental.

OS MORADORES E OS VIZINHOS

Os moradores aqui considerados são aqueles que habitam (em edificações precárias ou não) no próprio Maciço (acima da cota de 80m) e, os vizinhos, aqueles que estão situados no seu entorno imediato (baixada), tendo como limite o eixo da Avenida Brasil. No levantamento dos moradores e da vizinhança, foram utilizadas informações do mapa de uso e ocupação dos solos do município do Rio de Janeiro (Base Planimétrica do Município do Rio de Janeiro/IPLANRIO - 1997) na escala de 1:50.000; dos trabalhos de campo realizados para reconhecimento dos locais e aplicação de questionários; e fotografias aéreas nas escalas de 1:20.000 e 1:8.000 nos anos de 1996 e 1997 e foram atualizadas as modificações de uso para o ano de 2000 na escala de 1:10.000.

Os moradores do Maciço estão nas proximidades imediatas da Área de Proteção Ambiental – APA –, delimitada pela cota de 100m, ou mesmo em seu interior, em sítios agrícolas, sítios de lazer ou, ainda, em algum tipo de invasão. O número de moradores é pequeno, sendo necessário realizar investigação mais detalhada para levantamento de dados, principalmente os relativos à situação fundiária e ao tempo de residência, além de outros, pertinentes à compreensão do perfil dos mesmos. Segundo constatação de campo (Gama, 2002), o perfil dos moradores varia segundo o tipo de moradia. Os sítios herdeiros que ainda tiram o seu sustento do uso agrícola, em geral, vivem precariamente, e o de-

sejo é vender ou passar o ponto. Estão situados, em sua maioria, nas porções mais baixas (sede do empreendimento) e utilizam as terras altas para o plantio, cuja mão-de-obra envolve o trabalho familiar. Os moradores de fim de semana (herdeiros ou que compraram recentemente as terras para lazer), já apresentam melhores condições financeiras e mantêm o local em boas condições de uso. Aqueles moradores que simplesmente invadiram as terras vivem atualmente em condições subumanas e, alguns, exploram o turismo ainda incipiente vendendo água, refrigerante, caldo de cana, pastel, biscoito etc. Uma outra parcela é composta por aqueles que prestam pequenos serviços (bares e restaurantes) e pelos clubes campestres. É fato que as condições para serviços e pequenos comércios não são adequadas e não apresentam o mínimo de infraestrutura necessária para o funcionamento. Problemas como a falta de esgotamento sanitário, de água tratada, de local adequado para o lixo e a presença de animais domésticos sem os devidos tratamentos caracterizam os usos como indevidos e prejudiciais à Unidade de Conservação.

Os vizinhos moram em sítios, conjuntos e loteamentos nos bairros de Campo Grande e Bangu, limítrofes ao Maciço. São predominantemente de baixa renda e geram pressões sobre a Unidade, que, somadas aos usos institucionais como o complexo do presídio, o lixão e o campo de atividades do Exército, revelam a gravidade do problema. Ramalho (2000) destaca pelo menos três conjuntos significativos na área: o Conjunto Habitacional Vila Kennedy (o mais antigo da localidade do Mendanha, tem suas origens no processo de remoção de favelas do centro do município por volta da década de 60, é um dos maiores do bairro de Bangu e está situado nas margens da Av. Brasil); o Conjunto Habitacional Quafá (adjacente à Vila Kennedy e próximo ao Complexo Penitenciário nas margens da Estrada Guandu do Sena, cujos moradores são de origens diversas e residentes no local há pelo menos dez anos); e o Conjunto

Habitacional Nossa Senhora das Graças (situado nas margens da Av. Brasil e isolado, cujos moradores são os mais novos da área, com no máximo cinco anos de ocupação). Em visita a esses locais nos anos de 2001 e 2002, foi possível identificar novas construções, constatando que o processo de modificação de uso agrícola para urbano não acabou. As áreas ao longo dos eixos da Av. Brasil e da Estrada Guandu do Sena estão sendo intensamente ocupadas, o que caracteriza a forte pressão antrópica e o avanço da ocupação urbana em detrimento dos sítios agrícolas. Esses estão confinados no sopé do Maciço e sua área de cultivo sobe as encostas, em um processo de avanço contínuo acima da cota permitida. Apesar das restrições ao uso e à ocupação dos solos previstas na legislação vigente, percebe-se que nessa área as leis não são cumpridas, já que os moradores do Maciço e de seu entorno aumentam a cada ano, e, conseqüentemente, a vegetação natural continua sendo retirada, os cultivos ultrapassam a cota de cem metros e os solos agrícolas na baixada não são preservados. Esse desmatamento gradual concorre não somente para a diminuição das áreas verdes e dos mananciais de águas, mas também para o desaparecimento de espécies vegetais e animais, além de propiciar a adaptação de vetores transmissores de doenças às condições urbanas, ameaçando os habitantes locais. Caracteriza ainda, um nítido declínio na qualidade de diversos fatores ambientais do município e adjacências.

Recomenda-se que os futuros gestores da UC e do Parque realizem estudos detalhados nas comunidades que possam causar maiores riscos à integridade da área coberta por floresta, considerando os atuais índices de expansão urbana e os empreendimentos públicos aí localizados. Urge, portanto, a necessidade de se definir (ou redefinir) o limite da UC condizente com a realidade, seguindo os preceitos do MMA (2000) e do IBAMA (2000) na ótica da gestão integrada, e, na esfera municipal, a adequação do limite do recém-criado Parque Municipal do Mendanha.

OS VISITANTES

Há muito que o Maciço é visitado por moradores das redondezas (visitantes habituais) e por moradores de outros bairros do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu (visitantes eventuais), principalmente aqueles que procuram lazer de fim de semana. Uma nova categoria é a de grupo (organizado) de pessoas que o freqüentam mais assiduamente, caracterizado por visitantes “trilheiros”.

O objetivo da visitação é principalmente o de usufruir a potencialidade dessa área para lazer, recreação, turismo e também para a prática de esportes radicais. Os locais mais visitados são a Cachoeira do Escorrega, as piscinas naturais, o Morro Capim Melado e o Pico da Furna das Andorinhas. Nos anos de 1999 e 2001 foram aplicados questionários diferenciados – um nas proximidades do Mendanha e no próprio Maciço, tendo como público alvo os possíveis freqüentadores, com o objetivo de investigar o próprio Mendanha; outro em regiões diversas da cidade (shoppings, praias, praças...), com o objetivo de investigar se esse público conhece o Mendanha. Quase 100% dos entrevistados no Mendanha consideram-no um lugar aprazível e estão ali para usufruir a natureza e fazer caminhadas ecológicas; enquanto 95% das pessoas entrevistadas em outros locais não têm conhecimento da existência do Mendanha – conhecem ou ouviram falar do Parque da Tijuca, do Parque da Pedra Branca e listam outros pontos turísticos para o lazer.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserido na porção oeste do município e, portanto, em uma área de grande oferta natural de atrativos turísticos, que vão dos ambientes de praias e mangues até as serras e florestas densas remanescentes de Mata Atlântica, e de atrativos histórico-culturais, o Maciço Gericinó-Mendanha e suas encostas florestadas congregam

considerável potencial para o turismo sustentável e aguardam decisão dos poderes públicos (estadual e municipal). Destaca-se, ainda, o fato de essa área estar passando por intenso processo de modificação de uso dos solos e, por isso, apresentando inúmeros conflitos socioeconômicos que acabam por refletir na paisagem e na qualidade de vida da população. O aprimoramento do acesso às informações sobre a área e a melhoria das condições de vida das populações do entorno irão contribuir para o resgate e reestruturação da UCN do Mendanha, aqui denominada de “toporeabilitação” conforme os preceitos da percepção ambiental (Amorim Filho, 1996). Recomenda-se a elaboração de um perfil sociodemográfico dos freqüentadores usuais e eventuais, no qual as principais demandas e as avaliações dos serviços ofertados apareçam, inclusive com o levantamento dos serviços oferecidos para conduzir os visitantes na floresta. Considera-se prioritário dar continuidade a esse trabalho nos âmbitos governamentais e nos processos necessários para a participação da comunidade, mobilizando atores e consolidando a gestão para a UCN do Mendanha. A organização e a sistematização dos dados obtidos são importantes informações de apoio à gestão, complementando o quadro socio ambiental e a compreensão da própria dinâmica da UCN, sustentando o processo participativo segundo orientação do MMA e do IBAMA.

NOTAS

* Bacharel e Licenciada em Geografia (UFMG). Especialista em Percepção Ambiental e Espaço Urbano (UFMG). Mestre e Doutora em Geografia (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora do Grupo de Estudos Ambientais (GEA/ UERJ) e colaboradora do GEOESTE (UFRJ). Artigo aceito para publicação em abril de 2003. *E-mail*: svggama@ig.com.br

¹ O Grupo de Estudos Ambientais da Zona Oeste – GEOESTE – é um laboratório vinculado ao Núcleo de Estudos do Quaternário e Tecnógeno – NEQUAT

–, coordenado pela prof^a. Dr^a. Josilda R. S. de Moura (Departamento de Geografia), e tem a colaboração do prof. Franklin dos Santos Antunes (Setor de Geologia de Engenharia e Ambiental), do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

COSTA, N.M.C. *Geomorfologia estrutural dos maciços litorâneos do Rio de Janeiro*. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, 1986.

COSTA, N.M.C; OLIVEIRA, A. L. C. Conflitos de manejo no Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). In: SBGFA, 9., 2001, Recife. *Resumos...* Recife: UFPE, 2001.

COSTA, R. G.S. *Mapeamento geoambiental do complexo Gericinó-Mendanha e áreas circunvizinhas - Zona Oeste do município do Rio de Janeiro*. 125p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, 1998.

COSTA, V. C.; COSTA, N. M. C. Percepção geográfica e análise do potencial ecoturístico da zona oeste do município do Rio de Janeiro. In: SBGFA, 9., 2001, Recife. *Resumos...* Recife: UFPE: 2001, p 217.

_____. O desafio do ecoturismo em unidades de conservação. *GEO UERJ - Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 55-66, ago./dez. 2000.

COSTA, S. M. *Avaliação geoambiental das trilhas do Maciço Gericinó-Mendanha: uma proposta de manejo*. 53 f. Monografia (Gradação em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, 2002.

GAMA, S.V.G. A Mata Atlântica e o “desmatamento verde” no Maciço do Gericinó-Mendanha/RMRJ. In: *SNG*, 3., Campinas, 2000.

_____. *Contribuição metodológica à gestão ambiental integrada de unidades de conservação – o caso do Maciço Gericinó-Mendanha na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro/RJ*. 198p. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, 2002.

GAMA, S.V.G. et al. *O modelo de gestão integrada para a Unidade de Conservação do Maciço Gericinó-Mendanha/RJ*. Rio de Janeiro: Comitê Regional AP5, 2001.

IBAMA. *Roteiro metodológico para a gestão de áreas de proteção ambiental – APA*. Brasília: Ed. IBAMA, 2001. 240p

ISER. O parque nacional da Tijuca: uma contribuição para a gestão compartilhada de uma unidade de conservação urbana. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, n. 54, v. 19, 2000.

KLEIN, V. *O vulcão de Nova Iguaçu - RJ: controle estrutural e processo de erupção*. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGEO, UFRJ, 1993.

MOURA, J. R. S. et al. Modificações sócio-ambientais e zoneamento de risco na zona oeste do município do Rio de Janeiro. In: Projeto interinstitucional Porto de Sepetiba. Rio de Janeiro: FINEP/CFCH/UFRJ, 1999.

RAMALHO, R. S. Análise ambiental do potencial turístico da vertente sul do Maciço Gericinó-Mendanha - Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, IGEO, UFRJ, 2000.

ABSTRACT

This paper is an investigation of the Group of Ambiental Studies in the West Zone of the Municipal Districtal of Rio de Janeiro – GEOESTE (coordinate by Dra Josilda R. S. de Moura, Dept. of Geography in Geoscience Institute, Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ – Brazil) about studies of environment that will be permit subsidy many actions for planning and manege integrated ambiental, wherever the great challenge is compatibility the economic and social development with a environmental protected areas. The

main objective is to demonstrate all the environmental perspectives to sustainable development, in other words, recreation activities and tourism (ecological tourism) that will be favorable (material and culturally) the whole community. The instruments, actions or legals proportions are necessary for ecosystems preservations, but the essentials basis are so more important for ecological perception of societies.

KEYWORDS

Forest ecosystem; planning and ambiental perspective for ecotourism.